

A TRIBUNA SOCIAL

Uma questão de ética



EDUARDO TEIXEIRA

Economista e Conselheiro Nacional PSD

Parece evidente para uma larga maioria de pessoas, na qual me incluo, que os mais recentes incêndios deixaram bem à vista a descoordenação de meios da proteção civil, a deficiente gestão da floresta e a desarticulação entre Governo central e autarquias no combate ao fogo que continua a devastar, sem dó nem piedade, o território português. Infelizmente, do trágico ano de 2017 não resultou o que todos esperávamos dele: mais eficiência e, sobretudo, mais responsabilidade.

E por falar em responsabilidade – ou falta dela – começa a ser penoso assistir à atuação do Governo nesta matéria. Depois

de distribuir culpas pelos autarcas dos concelhos atingidos pelos incêndios, é o próprio Governo a ser atingido também por material altamente inflamável. No caso, falamos das golgas de proteção, episódio que já levou a uma baixa (o adjunto do Secretário de Estado da Proteção Civil e presidente da concelhia do PS em Arouca) e que pode provocar mais baixas. Ou não. Depende se o Governo irá ou não continuar a defender o indefensável.

Não fossem já as golgas matéria suficiente para fazer aumentar as desconfianças sobre este executivo, e eis que o “familygate” ganha novos contornos, tudo sem sair do gabinete do Secretário de Estado da Proteção Civil. A família socialista continua ativa nos corredores do poder, desta vez através do filho deste Secretário de Estado, cuja empresa celebrou (pelo menos) três contratos com entidades públicas: dois com a Universidade do Porto (um de 14,6 mil euros por ajuste direto e outro de 722 mil euros por con-

curso público) e um terceiro, também por concurso público, com a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no valor de 1,4 milhões.

Perante tais factos – aos quais se juntaram nos últimos dias mais ligações perigosas relacionadas com outros Ministérios – quando o ministro dos Negócios Estrangeiros vem dizer “que a interpretação literal da lei é um absurdo” e o primeiro-ministro corre a pedir o parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República, isso significa que se antevêm muitos “negócios em famílias”. Mas, na realidade, o que precisávamos é que o Governo demonstrasse de forma transparente que os interesses do país estão muito acima dos interesses do partido.

A questão pode até nem ser legal, mas é totalmente política. É ética. O país precisa de saber, de uma vez por todas, preto no branco, que não há um Governo PS nem de geringonça, tem de haver um Governo de Portugal. ●